



SUBSÍDIOS

Tendências e recortes historiográficos *Historiographical tendencies and constrictions*

Ênio José da Costa Brito*

Resumo: O artigo visita publicações recentes envolvendo temas relacionados com a diáspora africana, explicitando as contribuições dadas pelos autores para uma compreensão mais refinada do processo diaspórico. Aponta também algumas tendências das pesquisas historiográficas na atualidade, como a que recusa paradigmas que engessam e invisibilizam a compreensão de experiências negras e, principalmente, deixam na sombra a sua contribuição à formação da sociedade brasileira.

Palavras Chave: Abolição, Imprensa, Arqueologia, Atlântico-Sul, Pós-Abolição.

Abstract: The article explores recent publications on issues and debates related to the African Diaspora and their contributions to a profounder understanding of diasporic processes. It also appoints to some tendencies of current historiographical approaches, including those, which rejects paradigms that obstruct and blur the comprehension of black experiences and, above all, prevent the latter from contributing to the development of the Brazilian society.

Keywords: Abolition; Printing press; Archaeology; South Atlantic; Post-abolition

Em pesquisas recentes, historiadores e historiadoras têm iluminado recantos obscuros de nosso passado histórico graças à renovação permanente de métodos de pesquisa, perspectivas analíticas e visões menos generalizantes.

Estudos sobre escravidão, Abolição e pós-Abolição, antes fragmentados, começam a traçar novos eixos analíticos que apontam para dinâmicas de longa duração, movimento gerador de rupturas com perspectivas estabelecidas e cristalizadas. Renovam-se os diálogos entre áreas de conhecimento antes segmentadas. A linha que separava pré e pós-Abolição perdeu sua força, com a emergência de pesquisas sobre os movimentos sociais e suas múltiplas dinâmicas. O mesmo vem ocorrendo com a

* Professor Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP, Coordenador do Grupo de Pesquisa “Imaginário Religioso Brasileiro (Veredas)” e vice-coordenador do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO-PUC).

separação entre fontes escritas, orais e materiais - tem-se, hoje, uma sensibilidade maior para a contribuição de cada uma delas e para o fecundo resultado de cruzamentos entre elas. Além dessas renovações, o diálogo entre História e Arqueologia, mostrando a imbricação de artefatos no contexto social e histórico, tem surpreendido pesquisadores ao possibilitar perscrutar a memória comunitária, a riqueza cultural, a construção de espaços e a delimitação de territórios em que a cultura, a sociabilidade vão sendo gestadas.

Neste breve artigo, nosso objetivo é apresentar alguns livros recentes que, a seu modo, traduzem conexões analíticas e novas veredas de pesquisas.

Da cultura material

Um das áreas de pesquisa mais promissoras na historiografia recente é a da cultura material da escravidão, que começa a ganhar corpo nos últimos anos. Ela revela como expressões materiais da escravidão trazem informações que não se encontram em textos escritos. Historiadores, quando se debruçam sobre artefatos cerâmicos encontrados por arqueólogos na área que foi ocupada por Palmares, constatam não só a riqueza cultural, como a extraordinária capacidade de ressignificação, criação e resistência dos escravizados¹.

Um campo visto como desafiador remete ao dos objetos de culto realizados pelos escravizados que não apenas têm história, como também significados reveladores de culturas africanas e afrobrasileiras. Entre os muitos artefatos fabricados pelos cativos encontram-se os destinados a práticas religiosas. Artefatos de proteção, como Mary Karasch chamou atenção para o uso de amuletos.

[As escravas] usavam também bentinhas [escapulários] de dois pedaços de pano bordado, presos por um cordão duplo com um retrato de Nossa Senhora do Carmo com o Menino Jesus em um dos lados; uma ou mais imagens de santos, como São Benedito, que eram costuradas em saquinhos e usados colados ao corpo: medalhas de santos e cruzeiros; cinzas de palmeira e arruda para “espantar feitiço” (“vista muitas vezes entre os cabelos e os enfeites de cabeça das mulheres de cor”); e um cavalo-marinho seco, usado junto à pele. Além disso, os escravos tinham seus próprios amuletos africanos, que não exibiam abertamente. Carregavam pequenas imagens que representavam “seus deuses”, sacos pequenos de misturas potentes de ervas, plantas e ossos presos a cordões que

¹ Ver FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares- Sua contribuição para o conhecimento da história e cultura afro- americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-59.

usavam em torno do pescoço, ou simplesmente arruda, como um “talismã” (KARASCH, 2000, p. 306).

No vale do Paraíba, no século XIX, os escravizados esculpiam pequenas estátuas de Santo Antônio, no nó de pinho, usados também como proteção². Para Marina de Mello e Souza,

o primeiro estudioso a perceber os sentidos embutidos nessas estatuetas foi Robert Slenes, cujo conhecimento sobre as culturas bantos permitiu que identificasse os signos africanos contidos nos santinhos, tidos como amuletos (SOUZA, 2000, p. 172)³.

A confecção de bolsas de mandinga era muito frequente entre os escravizados, não deixando de impressionar os artefatos encontrados nestas bolsas, como bem notou Mary Karasch. Artefatos reveladores de uma busca incessante para controlar, manipular, agir sobre o mundo espiritual⁴.

Para Marina de Mello e Souza, a apropriação de Santo Antônio

é completamente diferente da existente nas religiões afro-americanas, nas quais o santo católico se torna uma representação, entre outras, dos deuses ou dos espíritos africanos. Os Santo Antônio de nó-de-pinho são, eles mesmo, objetos mágico religiosos, por meio dos quais os homens mantiveram relações com o sagrado e com o sobrenatural (SOUZA, 2000, p. 188).

Os estudos sobre as práticas mágicas e religiosidades populares tem ressaltado a forte mestiçagem ocorrida no Brasil colonial e imperial.

“As bolsas de mandinga, um dos inúmeros instrumentos mágicos de proteção, congregavam elementos e experiências de universos sociais e culturais díspares, fruto das dinâmicas religiosas atlânticas” (RANGEL, 2015, p.10).

Rangel, em *Aos Sinais das Ave Maria*, recorre aos arquivos inquisitoriais para apresentar os processos de feitura desses objetos de proteção, atendo-se a motivações, contextos e experiências dos agentes envolvidos. Elege como vetor principal de sua pesquisa a narrativa escrita nas Diligências sobre o caso de desacato e sacrilégio cometido na igreja paroquial de São Pedro do Monte de Muritiba, na Bahia, na primeira metade do século XVIII.

² Para uma discussão ampla sobre o tema, cf. SAVIETO, 2011.

³ Cf. também SLENES, 1991, p. 2.

⁴ Para informações sobre bolsas de mandinga, cf. SANTOS, 2008.

No Brasil, o diálogo entre Arqueologia e História dá seus primeiros passos, sendo que o livro organizado por Camila Agostini (2013), intitulado *Objetos de escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão* e seu legado oferece um panorama sobre as pesquisas em andamento nesta área. Aponta para a necessidade de se ampliar os estudos sobre vestígios arqueológicos da escravidão.

Inúmeras são as questões que a cultura material proporciona aos historiadores e cientistas da religião: identificação da comunidade; capacidade de simbolização dos escravizados; aspectos do contexto social e histórico; condutas concretas de resistência à escravidão e estudos comparativos entre as cosmogonias africanas e as reconstruídas na diáspora.

Do papel da imprensa

Outro tema que vem sendo objeto de estudos mais refinados é o das relações entre imprensa e escravidão, em atenção ao papel daquela. Volta-se para a atuação da imprensa no seio de uma sociedade escravista. Muitos jornais influenciaram o Parlamento no bloqueio das leis abolicionistas, convencendo a população de que a escravidão era absolutamente necessária para a constituição da nação. O resultado dessa aliança da imprensa com o que havia de mais conservador no meio político retardou o fim da escravidão no Brasil. O ciclo abolicionista já havia varrido essa mancha de várias nações e o Império brasileiro continuava não só escravocrata, como implementando uma política da escravidão baseada, como nos diz Tâmis Parron, em:

i) - blindar o Parlamento contra discussões sobre o cativo; ii)- fomentar a imigração livre para obter fonte paralela – e não excludente – de mão-de obra barata; iii) e assegurar fluxos estratégicos de cativos, como tráfico interprovincial, o deslocamento dos escravos urbanos para o campo e o retorno dos que abalavam para as repúblicas vizinhas, onde o cativo não gozava reconhecimento legal” (PARRON, 2011, pp. 287-288).

Alain El Youssef (2016), em *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*, realiza uma análise meticulosa dos jornais publicados no Rio de Janeiro entre 1822 a 1850 sobre tais relações. Para reavaliar afirmações que defendem a inexistência de um debate público sobre o comércio dos escravos e do cativo nos jornais, ao longo da primeira metade do século XIX, Youssef propõe:

Fazer dialogar o campo historiográfico que trabalha com imprensa, espaços públicos e forma de sociabilidades modernas com o que examina o tráfico

negreiro e a escravidão oitocentistas e com o que trata da política imperial (2016, p. 26).

Objetiva, pois, preencher o “*tempo vazio e homogêneo*” que a historiografia estabeleceu entre 1823 e 1870, isto é, entre o escrito antiescravista de José Bonifácio e o movimento abolicionista de 1870 (ALONSO pp.17-18).

Em *Imprensa e escravidão*, o autor demonstra que “*no Império do Brasil da primeira metade do século XIX, o tráfico e a escravidão foram abertamente criticados e defendidos nos mais diversos fóruns de debate então existentes*” (YOUSSEF, 2016, p. 28). Em entrevista à Agência FAPESP, comentando sua pesquisa, YOUSSEF observa:

Constatei uma estreita relação entre os artigos publicados na imprensa e os debates realizados no parlamento imperial. Ao mesmo tempo em que defendiam o tráfico no parlamento, os conservadores utilizam os jornais para justificar o contrabando de escravos e combater aqueles que o criticavam (YOUSSEF apud ARANTES, 2017).

Essa aliança conservadora tentou restringir a força da Lei de 1831 que declarou livre o africano desembarcado em portos brasileiros, enquanto o grupo político Saquarema⁶ soube usar, com eficiência, a imprensa para abafar vozes contrárias ao tráfico. O mais importante jornal conservador, *O Sete d’Abril*, não só defendia o tráfico, como insistia em que a lei de 1831 deveria ser abolida.

Ao longo dessas leituras, tomamos consciência do papel central da imprensa não só na formação dos partidos políticos, como na consolidação de uma política de contrabando na primeira metade do século XIX. Tâmis Parron, em *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, ao se propor estudar as relações entre a instituição da escravidão e a política imperial brasileira, também refletiu sobre o papel da imprensa e sobre a consolidação de uma política da escravidão. Na sua análise, uniu

diacronicamente enunciação parlamentar, formação partidária, articulação social, dinâmica do tráfico negreiro, transformações institucionais do aparelho de Estado e ações de escravos” entre o período abordado (PARRON, 2011, p. 14).

Na realização de seu projeto, evidenciou a atuação dos políticos conservadores, que se utilizaram da imprensa para implantar e manter o regime de escravidão. No entanto, Parron insiste que,

⁵ Expressão de Walter Benjamin, 1994.

⁶ Um dos estudos mais completos sobre o grupo Saquarema é MATTOS, 1987.

qualquer análise do porvir da Lei de 7 de novembro de 1831 e da formação de uma ação pró-contrabando negreiro deve inter-relacionar as ações de resistência escrava, os desempenhos econômicos regionais, os efeitos do abolicionismo anglo-saxão e a conjuntura das disputas políticas no Império do Brasil (PARRON, 2011, p. 91).

Já para Youssef,

defender projetos conservadores é um dado de longa duração na história da imprensa brasileira. Os principais jornais do país apenas tiveram tendência mais progressista em momentos históricos específicos como na década de 1880, quando o discurso abolicionista predominou na imprensa brasileira. (Apud ARANTES, 2017).

À medida que os embates entre escravocratas e abolicionistas tornaram-se mais frequentes, na segunda metade do século XIX, o uso da imprensa foi intensificado pelos dois lados.

Da locação de serviços

Em 1871, depois de uma longa batalha no Parlamento, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, graças aos esforços de José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco, e pressão de abolicionistas e escravizados. Rio Branco assumiu o governo em 7 de março de 1871 e em 12 de maio enviou o projeto sobre a liberdade do ventre, com dez artigos, para a discussão e aprovação na Câmara e depois no Senado.

O primeiro e principal previa, como a Lei Moret, isto é, o filho da escrava nascido a partir de 1871, ficaria até os oito anos sob a guarda do proprietário, que então optaria por entregá-lo ao Estado, mediante indenização, ou usufruir do seu trabalho compulsório até os 21 anos (ALONSO, 2015, p. 56).

A lei revela avanços e os difíceis caminhos da emancipação, apontando uma das dimensões mais perversas e que ainda demanda estudos: a da compra de alforria por meio da locação de serviços de libertandos.

O vir a ser livre no Brasil vem ganhando espaço nas pesquisas. *Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição*, organizado por Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castilho (2015), discute essa problemática em vários capítulos. A questão que tem norteado as mais recentes pesquisas envolve

o que estava em jogo na última década da escravidão e nos primeiros anos de abolição exatamente no que diz respeito ao trabalho, autonomia e acesso à terra como horizonte de liberdade num mundo sem escravidão (GOMES; MACHADO, 2015, p. 36).

Refletir sobre questões relacionadas com a autonomia e a posse da terra abre possibilidade de ligar as experiências dos quilombolas a das roças e outros fatos que ocorriam no período pré e pós-Abolição. Discutir o protagonismo negro no pós-Abolição é vislumbrar tanto a politização quanto a formação de uma cultura política de “homens de cor” e traços da futura classe trabalhadora no Brasil República.

Desde 1870, o país esteve envolvido em uma dupla luta: de um lado, os escravocratas procurando, por todos os meios, prolongar a escravidão; do outro os escravizados lutando por direitos lhes concedidos por lei. Pois,

o fato de serem escravos não foi suficiente para apagar-lhes o desejo de liberdade e, mais ainda não limitou suas ações individuais. Estratégias como negociações, acordos, adaptações e conflitos judiciais acabaram funcionando como importantes mediadores das relações entre senhores e escravos (JESUS, 2007, p. 64).

Em 1871, por ocasião da Lei do Ventre Livre, formalizou-se uma prática constante em todo o século XIX: o da compra de alforrias por meio da locação de serviços dos libertandos. Temas cada vez mais presentes na agenda de historiadores. Para Marília Bueno de Araújo Ariza, a análise desses contratos revela quão precário era o acesso desses sujeitos ao mundo da liberdade. Impossibilitados de ser trabalhadores autônomos, no fundo acabavam refazendo relações servis. Entretanto, para a camada proprietária era “

uma saída cruelmente eficaz para a extensão dos laços de escravidão e para a consolidação de emancipações indenizatórias custeadas pelos próprios trabalhadores escravizados” (ARIZA, 2015, p. 68).

Muitos são os casos de escravizados e libertandos que se rebelaram contra seus locatários, desvelando para a sociedade a perversa dinâmica dos contratos de locação. Com frequência a Justiça era chamada a arbitrar nas

disputas em torno das emancipações nas últimas décadas da escravidão e [frente] ao cenário confuso da afirmação dos direitos e liberdades envolvidos nas locações de serviços” (ARIZA, 2015, p. 68).

Do Atlântico Sul

O espaço marítimo repleto de acontecimentos tem despertado interesse de pesquisadores. Nesta área, o destaque cabe a Jaime Rodrigues (2000), com textos importantes que sempre abordam conexões com o espaço do Atlântico. Em *O infame Comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, retoma o tema do tráfico atlântico, tema clássico da historiografia da escravidão, para estudá-lo nas suas dimensões políticas e culturais. Examina as consequências políticas da permanência do trabalho escravo e o papel desempenhado por diversos grupos sociais “até hoje praticamente excluídos das análises sobre o fim do tráfico de africanos para o Brasil” (RODRIGUES, 2000, pp. 211-212). Em, *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro [1780-1860]* (2005), revela nuances do tráfico atlântico de escravizados, revelando serem os negócios negreiros regidos por uma sofisticada lógica econômica e contando com a gradual colaboração das sociedades africanas. Em sua referência a estudos de Maria Cristina Cortez Wissenbach, aponta que

Pesquisas empírica de dados colhidos em arquivos de diversos países elucidam detalhes até então pouco explorados e que muitas vezes chegam a surpreender. Indicam, entre outros aspectos, a prevalência da África Centro–Ocidental no fornecimento dos maiores contingentes de cativos e o auge desse comércio no século XVIII, coincidindo com um intenso processo de internalização dos resgates no continente africano (WISSENBACH, in RODRIGUES, 2005, p. 11).

De costa a costa está organizado em três partes: *Negociações e conflitos em Angola; Navios e homens do mar; Marinheiros e africanos em ação*. Na segunda e terceira parte, encontram-se as matrizes de temas de que tratará no seu último livro, *No mar e em terra. História e cultura de trabalhadores e livres* (RODRIGUES, 2016). A título de exemplo, pode-se indicar o diálogo com Peter Linebaugh e Marcus Rediker (1989) sobre as intermináveis travessias atlânticas e as relações sociais que aí se estabeleciam; a resistência dos africanos e suas revoltas a bordo.

Nessa mais recente publicação, Rodrigues trabalha exaustivamente com três temas relacionados à questão marítima: o ritual de passagem pela linha do Equador, doenças e alimentação nos navios e a presença africana nas tripulações.

O autor apresenta o rito de passagem da travessia da linha do Equador desde sua origem, a difusão e as transformações que ocorreram ao longo dos séculos, sinalizando para sua importância na cultura marítima. No estudo sobre a alimentação dos marinheiros e os problemas de saúde, volta-se para a qualidade da comida e para a

preservação da saúde dos homens do mar. Nas suas palavras, o objetivo desse segundo tema é

Contribuir e, ao mesmo tempo, estimular o gosto pelo tema do consumo dos elementos incorporados às dietas marítimas, vindos de diferentes partes do mundo, bem como para as formas de circulação oral e escrita de conhecimentos eruditos e populares sobre as propriedades dos alimentos, atravessando as barreiras linguísticas, as políticas estatais de abastecimento das embarcações e os eventuais enganos ou desconhecimentos dos cientistas de outros tempos acerca das doenças que afligiram os homens do mar por tanto tempo (2016, p. 91).

A atuação dos escravos e libertos como trabalhadores do mar é analisada sob diversos ângulos, como o das mudanças da legislação portuguesa relativas à mobilidade e ao registro de marinheiros cativos; da presença de forros e cativos atuando nas viagens atlânticas de longas distâncias; e da busca de liberdade.

No prefácio, João José Reis considera que *“Jaime Rodrigues se destaca no Brasil entre os historiadores da escravidão que levam a sério sua dimensão atlântica, inclusive o que se passava durante a travessia atlântica”* (REIS in RODRIGUES, 2016, p. 09).

Da Abolição

O processo de Abolição tem sido objeto de novos estudos. Um dos mais significativos é o de Angela Alonso (2015), *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. Na visão da autora, a contribuição do movimento abolicionista para o término da escravidão, não tinha sido, ainda, valorizado como deveria ser pela historiografia. Daí que a autora

reconstrói a trajetória da grande, estruturada e duradora rede de ativistas, associações e manifestações públicas anti-escravistas que, a exemplo de outros países, conformou um movimento social nacional – o primeiro no Brasil no gênero. (ALONSO, 2015, p. 17)

Alonso aponta três fases no processo, cada uma delas marcada por especificidades. Na fase “das flores” (1868-1878) o movimento ganha o espaço público dos centros urbanos, na fase “dos votos” (1879-1885) o campo escolhido pela militância abolicionista para atuar é o político e na fase “das balas” (1885-1888), o movimento mergulha na clandestinidade. Nas palavras da autora: *“o bloqueio escravista empurrava o movimento a descrecer das instituições, o modelo de abolicionismo parlamentar inglês, e a cortejar a insurreição”* (ALONSO, 2015, p. 235).

A gênese do movimento (1868-1878) ocorreu quando, em face da pressão internacional, o governo pôs a abolição na agenda. Ocasão propícia para a emergência de associações de elite, ações institucionais, lobby, ações judiciais de liberdade e manifestações esparsas no espaço público (ALONSO, 2015, p. 352).

Em 1885, com a volta dos conservadores ao poder, as portas se fecharam para os abolicionistas e não restou outro caminho que o do confronto, levando o governo ao uso da força para manter o regime escravista. O governo, ao perder o apoio do Exército, da Igreja⁷ e até das elites, buscou então uma solução de compromisso, desarmando o conflito. “*Os abolicionistas pagaram um preço, aprovaram sua demanda central, a abolição sem indenização, desacompanhada de qualquer outra reforma*” (Alonso, 2015, p. 354).

Na ampla e bem documentada análise do processo que culminou com a proclamação da Lei Áurea de 1888, a vertente epistemológica dominante foi a da política. Na apresentação das três fases, Alonso tem sempre presente as relações entre a campanha abolicionista e o sistema político. No conjunto da obra há uma tendência a absolutizar a perspectiva analítica de matriz política, levando o leitor a deixar em segundo plano as outras variáveis.

Teria sido importante explicitar bem mais a efetividade escrava ao longo de todo processo. Alonso não quer negar a participação dos escravizados, mas acaba deixando-os na sombra quando afirma que a Abolição não “*foi nem obras dos escravos, nem da princesa*” (ALONSO, 2015, p.17).

Um dos muitos méritos de *Flores, Votos e Balas* é o de recolocar na agenda historiográfica brasileira o debate sobre as causas que levaram à Abolição e, implicitamente, convidar o leitor a refletir sobre nossos problemas atuais.

Jânio de Freitas, comentando o massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, confirma a triste atualidade da mentalidade das instituições escravistas, que se perpetuaram na sociedade brasileira.

Aquelas mesmas que, originadas na escravidão aqui mantida até o último limite, transpuseram-se para as relações econômicas, sociais e culturais da classe escravagista e seus novos subjugados - os ex-escravos abandonados no tempo e no espaço, acrescidas da miséria cabocla. Qualquer cidade é um atestado vivo

⁷ A autora pontua que: “A Igreja católica era parte do Estado, e o catolicismo, religião do Estado. A sobreposição de estrutura religiosa e burocracia pública gerava padres funcionários, sem independência para criticar as instituições estatais como a escravidão, antes incumbido de legitimá-las”. (Cf. p. 40). A Igreja católica só na fase final do processo apoiou a Abolição. Soube, com a monarquia, colher os louros da abolição. Cf. p. 366.

de que o Brasil não teve mudança essencial com o fim formal da escravidão” (FREITAS, 2017, p. 6).

Do pré ao pós-Abolição

A historiografia tem reiterado que a escravidão permeou as construções sociais brasileiras no século XIX, mas não só elas. Ainda hoje a mentalidade escravocrata continua incrustada no tecido social brasileiro.

Um texto que ilustra bem essa dinâmica é o de Walter Fraga Filho (2006), *Encruzilhadas da Liberdade. História de escravos libertos na Bahia (1870-1910)*. Na introdução, ao anunciar a sua perspectiva analítica,

Sustento que os recursos materiais e simbólicos das comunidades formadas durante a escravidão foram fundamentais para a concepção de estratégias de sobrevivência após o fim do cativo, sobretudo quando os ex-escravos buscaram alargar alternativas de vida dentro e fora dos antigos engenhos (FRAGA FILHO, 2006, pp. 25-26).

Apontando que, nas décadas de 1870 e 1880, ocorreu no Recôncavo Baiano um aumento da contestação do domínio senhorial; desenvolveu-se entre os escravizados um sentimento de direito sobre as roças, com crescente desobediência e insubordinações, bem como um aumento significativo de fugas. Fatos geradores de inúmeras tensões na região.

A malha comunicativa, interligando as freguesias açucareiras do Recôncavo com Salvador, permitiu aos escravizados acompanhar os debates que ocorriam sobre a Abolição definitiva da escravidão. A proclamação da Abolição foi muito comemorada por escravizados e abolicionistas. Para além das festas promovidas pelos jornais publicados na corte, a população promoveu outras festas para celebrar a seu modo a lei e a liberdade. Nessa direção, Renata Moraes analisa a “*polissemia e a polifonia da festa da abolição por intermédio de dois casos: a compra da pena de ouro e das festas realizadas para comemorar a liberdade dos escravos*” (2015, p. 315).

Quanto ao protagonismo dos escravizados no processo, Fraga destaca

os projetos de liberdade e os esforços que [ex-escravos] fizeram para se distanciar do passado estavam fundamentados em experiências de lutas travadas contra a própria escravidão” (FRAGA FILHO, 2006, p. 149).

Os ex-senhores fizeram de tudo para impedir que se estabelecessem como pessoas livres: impedindo a posse de terras devolutas e destruindo pequenos assentamentos, o que até hoje fragiliza a libertação plena e restringe a inserção no mercado de trabalho.

Para Fraga Filho, a Abolição acelerou os processos de mudança nas relações cotidianas nos engenhos, levando os ex-escravos a rejeitarem tudo o que lembrasse o passado, o tempo de escravidão, abrindo um tempo de negociações voltadas para as novas relações de trabalho.

Todavia, tanto a política paternalista quanto as negociações falharam, levando alguns senhores a adotarem medidas drásticas para manter os ex-escravos nas fazendas, alguns permanecendo em laços de compadrio, de clientela com seus senhores de muito tempo. Pode-se apontar várias razões, mas é importante perceber que a lógica dos ex-escravos não era a dos senhores.

O mundo dos engenhos não guardava apenas a memória dos dias difíceis da escravidão, era também testemunho do esforço incessante para conquistar espaços para cultuar deuses e santos” (FRAGA FILHO, 2006, p. 251).

Para o autor, as opções dos ex-escravos tinham como base vivências comunitárias e laços familiares penosamente tecidos ao longo do período da escravidão. O que nega que eles estivessem despreparados para a liberdade, sem aspirações próprias e incapazes de planejar ações mais orgânicas. A experiência da escravidão e as expectativas de liberdade foram decisivas para os libertos definirem os limites do que julgavam condizente com a nova condição, na visão de Fraga Filho.

Wlamyra Albuquerque elegeu o período pós-Abolição para sua pesquisa, resultando na publicação do livro *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil* (2009).

Um dos itens da agenda sociopolítica do período era o das possíveis saídas de uma sociedade escravista, pois: “*nos ambientes abolicionistas, projetos sociais diferentes e mesmo antagônicos para o pós-escravidão eram concebidos e difundidos*” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 80).

A autora buscou detectar articulações entre a questão racial e a desestruturação do escravismo, elegendo o conceito de racialização por expressar um discurso sempre em construção e ao sabor dos mais diversos contextos e realidades históricas, visando desvelar ideias e práticas amplamente discriminatórias, paternalistas e mantenedoras de uma posição subalterna dos ex-escravos. Pergunta então, pela importância de raça no processo emancipacionista brasileiro, explicitando seus objetivos:

O primeiro deles é de convencer leitor de que, no Brasil, o processo emancipacionista foi marcado pela profunda racialização das relações sociais; e

a manutenção de certos esquemas hierárquicos foi o principal saldo do longo e tortuoso percurso que levou a sociedade brasileira à extinção legal do cativeiro em 1888. Depois, o desafio será explicitar como ações políticas protagonizadas por diferentes personagens e instituições, como o Conselho de Estado, lideranças abolicionistas e republicanos, literatos, libertos africanos, festeiros e adeptos do candomblé, a partir de suas expectativas e plano para o pós-abolição, racializaram as relações sociais no período. (ALBUQUERQUE, 2009, pp. 37-38)

No encaminhamento da questão servil uma divisão muito nítida vinha sendo estabelecida entre raça emancipadora e raça emancipada, entre abolicionistas brancos e abolicionistas pretos. Acrescente-se, ainda, a preocupação acerca da cidadania, pois a extinção do elemento servil apontava para a cidadania plena de todos. Mas, como conferir direitos civis numa sociedade de alma escravista? Critérios diferenciados lentamente foram sendo afirmados, visando constituir uma dupla cidadania: uma para brancos outra para negros, em velado e bem urdido processo de

Racialização [que] foi, a um só tempo, o sinal mais evidente da decadência do escravismo e da arrojada tentativa de garantir que o edifício social montado durante a escravidão fosse preservado, mantendo-se privilégios, demarcando-se fronteiras e recompondo antigos territórios (ALBUQUERQUE, 2009, p. 243).

Ao acompanhar a cuidadosa análise realizada por Albuquerque do período pós-Abolição, percebe-se que as matrizes históricas do racismo nosso de cada dia, tão fortemente enraizado na sociedade brasileira, são, em parte, fruto de estratégias políticas, vivências, práticas e ideias de diferentes sujeitos históricos.

Pontuações finais

A força analítica das novas vertentes historiográficas aponta para a necessidade de revisão profunda de temas clássicos, relacionados com a diáspora e a escravidão brasileira. Temas como do tráfico, da Abolição, da liberdade e suas muitas percepções, negócio afro-brasileiro, de concessão de alforrias e do trabalho assalariado têm sido revisitados pela historiografia.

O objetivo deste breve texto é de chamar atenção para algumas publicações que têm trilhado estas veredas, ao terem recusado paradigmas que engessam e invisibilizam a compreensão de experiências negras e principalmente, deixam na sombra suas contribuições na formação da sociedade brasileira.

Constata-se, inicialmente, a necessidade de ampliação de estudos sobre os resquícios arqueológicos da escravidão, com ênfase sobre objetos de culto. Em seguida,

deslindar as relações entre imprensa e escravidão no período marcado pelas convulsões políticas e um intenso debate sobre a Lei de 1831.

Tendo no horizonte o processo de Abolição, que por um bom tempo, estudos históricos consideraram a Lei Áurea como um divisor de águas, isto é, relacionavam o fim da escravidão e o início da liberdade para ex-escravos. Nos últimos anos, as pesquisas têm desvelado nexos entre estratégias, costumes e identidades gestadas no pré-Abolição e projetos individuais e coletivos no pós-Abolição.

Histórias marítimas ou histórias passadas no mar têm, entre outros méritos, o de romper com os paradigmas que privilegiavam o Atlântico Norte e resgatar redes tecidas por cativos e ex-cativos em busca da liberdade.

Os textos apresentados convidam os leitores a compreenderem a história como um processo em contínua metamorfose.

Referências

AGOSTINI, Camila (org.). *Objetos de escravidão: abordagens sobre a cultural material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de., *O jogo da dissimilação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARANTES, José Tadeu. Como a mídia brasileira sustentou a escravidão. *Agência FAPESP*, 17/01/17.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARIZA, Marília de A. Comprando brigas e liberdade: Contratos de Locação de Serviços e Ações de Liberdade na Província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884). In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015, pp. 65-83.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade*. História de escravos libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

FREITAS, Jânio de. O crime da Indiferença. *Folha de São Paulo*, quinta feira, 5 de janeiro de 2017, p. 06.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares - Sua contribuição para o conhecimento da história e cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 26-59.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No Sertão das Minas*. Escravidão, violência e liberdade (1830-1888) São Paulo: Annablume, 2007.

KARASCH, Mary C. *A vida escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MACHADO, Maria Helena. P.T.; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se livre*. Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: São Paulo: EDUSP, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Renata Figueiredo. A abolição além do Parlamento: As festas de Maior de 1888. In: MACHADO, Maria Helena P.T.; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se livre*. Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. p. 315.

RANGEL, Felipe Augusto Barreto. *Aos sinais das Ave Maria*. Furtos de hóstias, feitura de proteção e o desenho religioso da Bahia, setecentista. O caso das Diligências de Muritiba. Mestrado em História. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

REDIKER, Marcus. *Between the Devil and the Deep Blue Sea: Merchant Seamen, Pirates and the Anglo-American Maritime World (1700-1750)*. Nova York: Cambridge University Press, 1989.

RODRIGUES, Jaime. *No Mar e em Terra. História e Cultura de Trabalhadores e Livres*. São Paulo: Hucitec, 2016.

------. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

------. *O infame Comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora UNICAMP/CECULT, 2000.

SANTOS, Vanicleia Silva. *As bolsas de Mandinga no espaço Atlântico Século XVIII*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2008.

SAVIETO, Mônica Carolina. *Catolicismo crioulistas. Presença centro africana na região do Vale do Paraíba*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 2011.

SLENES, Robert. “Malungo, gnoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, nº. 12, dez/jan/fev, 1991, 2.

SILVA, Eduardo. “Qual abolição”? In: *Jornal do Brasil*. Caderno Ideias, 9/5/96.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão. Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeio; FAPESP, 2016.

Recebido: 17/03/2016

Aprovado: 05/05/2017